

Escola pública leva alunos de particulares

As turmas das escolas públicas vão estar cheias de alunos vindos de colégios particulares. Este ano, mais do que em qualquer outro, muitos pais abriram mão do **status** de pagar a educação dos seus filhos. O alto custo das mensalidades, sem dúvida, foi a principal razão da mudança. Mas há quem tenha feito a transferência também porque acredita que, apesar das greves, a rede oficial consegue garantir um ensino tão razoável quanto a particular, partindo do seguinte princípio: na Fundação Educacional o número de professores habilitados é bem superior a dos estabelecimentos privados.

Esta justificativa tem sido, inclusive, a razão para Moacyr Emiliano Reis estar tentando mudar seu filho único do Compacto para o Elefante Branco: "Luto por uma vaga e espero que a experiência surta algum efeito" comenta ansioso. Sua maior preocupação é em relação à greve. Ele considera este o grande obstáculo para algumas escolas não atingirem um nível de qualidade mais elevado: "Essas paralisações arrasam com o conteúdo programático da rede oficial", diz, depois de prever um ano mais tranquilo, graças ao que chama de "insucessos de 88".

Muita gente realmente aponta o fator greve como a principal causa para manter os filhos em escolas particulares. "Vou passar um ano superapertado, mas tenho medo de fazer o que alguns amigos fizeram e estragar a educação das minhas filhas", desabafa Manoela Souza Pelegrino. Isso vem provar que, se tivessem garantias de não haver paralisações em 89, os colégios públicos iam ter uma procura ainda maior: "Fiquei até nas filas de matrícula, mas pensei bem e voltei para casa. Vou diminuir, mais uma vez, os gastos em nome da educação das crianças", completa a advogada Carla Lima.

O mesmo sacrifício o bancário Ricardo Oscar Furtado não pode fazer. Com dois filhos cursando o 1º grau, não tem mais condições de mantê-los no antigo colégio. Estava pagando em mensalidade, transporte e alimentação o equivalente ao salário da esposa: "Desisti, agora eles vão se juntar à maioria". Não fosse a questão financeira, Ricardo jamais faria a transferência, por não acreditar mais na tradição de algumas escolas do governo: "Viraram uma bagunça, os professores quando não faltam estão em greve. Raras são as exceções", entende.

OTIMISMO

Apesar de reconhecer

que 88 foi um ano crítico para o ensino público, a diretora geral de pedagogia da Fundação Educacional, Anna Maria Antunes Villaboin, acredita que a procura dos pais aumentou não só pela falta de recursos, mas porque a comunidade confia no potencial do professorado. Afinal, segundo conta, FEDF tem um dos melhores quadros de professores do País. No ano passado, a qualidade de ensino baixou, de acordo com ela, sobretudo graças às duas paralisações, o processo eleitoral e a falta de professores nas satélites.

Não foi por acaso que o índice de reprovação atingiu patamares altíssimos — 36,3 por cento dos 174 mil 545 que estudavam até o final de 88 foram reprovados. Mesmo assim, a professora se mostra otimista: "Vamos, finalmente, poder convocar professores concursados, realizaremos novos concursos para classe A e não vai haver para direção de escolas de novo", explica. Solucionado o problema da falta de profissionais, e excluído a excitação dos períodos de pleito, resta a maior preocupação: a greve. Quanto a isso, a Fundação encontrou uma provável saída: uma certa margem de dias no calendário em cima do mínimo de aulas — 180 dias, ou 720 horas-aula.

Se essas estratégias vão ser suficientes, só o tempo dirá. De qualquer modo, muitos pais estão apostando nas mudanças: "Creio que tanto a Secretaria de Educação quanto à Fundação melhoraram muito nos últimos meses", assegura o militar Pedro de Alcântara Silva. Alguns preferem aguardar os acontecimentos: "Matriculei e estou esperando o tempo passar. Quem sabe realmente não vai ser um ano melhor", anseia Severino Albuquerque. Outros são mais céticos: a FEDF tem bons professores, um bom conteúdo, mas outros fatores atrapalham a estratégia de ensino. Temos que lembrar que a educação faliu no Brasil", sustenta Salomé Maria de Jesus.

Enquanto o ano letivo não começa, e algumas escolas ainda realizam matrículas, muitas famílias continuam se questionando se a transferência do filho foi válida. Certeza mesmo só vão ter meses depois, com o resultado nos boletins de notas. Apesar de alguns considerarem isso uma besteira: "Quero que eles aprendam as notas não interessam", fala Sirley Marques. Ao que João Amorim rebate: "Se o meu filho só tirar vermelhas, mudo de escola no meio do ano".

TOTAL DE MATRÍCULAS

	Rede Oficial	Rede Particular
1978	265.994	53.924
1979	284.510	57.736
dif. % 79/78	7,0	7,1
1980	295.211	65.393
dif. % 80/79	3,8	13,3
1981	315.723	69.671
dif. % 81/80	6,9	6,5
1982	324.322	70.447
dif. % 82/81	2,7	1,1
1983	336.077	72.189
dif. % 83/82	3,6	2,5
1984	344.688	72.989
dif. % 84/83	2,6	1,1
1985	349.765	77.211
dif. % 85/84	1,5	5,8
1986	348.552	89.715
dif. % 86/85	-0,3	16,2
1987	336.238	103.164
dif. % 87/86	-3,5	15,0
1988	352.705	107.528
dif. % 88/87	1,9	4,2
1989*	376.280	

* Os números referentes a 1989 são previsões feitas pela Diretoria Regional de Ensino da Fundação Educacional. Ainda não há estimativas em relação à rede particular.

Infrator já aparece

O ano mal começou e algumas escolas já começaram a infringir a resolução 03/88 do Conselho de Educação do DF, que proíbe a cobrança das mensalidades em OTN. De acordo com a Sunab, quatro estabelecimentos foram autuados — La Salle, Pedacinho do Céu I, Centro Educacional Canarinho e Pedacinho do Céu II. Esses últimos, inclusive, estão no topo da lista de denúncias feitas pela comunidade: "Eles são campeões neste tipo de irregularidade", assegura o delegado regional da Sunab, Paulo Augusto Guimarães.

Essas escolas, contudo, não são as únicas a ocupar as imensas listas da Superintendência Nacional de Abastecimento. Nela e a Alvorada também receberam visita dos fiscais, mas foram apenas notificados. O órgão recebeu ainda denúncias de que o Compacto, o Projeto e o Stella Maris, de Taguatinga, estavam desobedecendo alguns tópicos da resolução. Se o fato for confirmado, o Stella Maris será a primeira escola religiosa a compor o quadro de autuações.

A lei determina que todos os estabelecimentos autuados tenham prazo de dez dias para fazer sua defesa. Caso não consigam, são punidos com multas que variam de um terço a 100 vezes o Maior Valor de Referência (MVR). Os fiscais do órgão continuarão visitando as escolas para verificar se as denúncias apresentadas pela comunidade têm ou não procedência. Nos próximos meses as visitas serão intensificadas, graças ao início do período letivo.

PLANILHA

Apesar da resolução do Conselho determinar que as escolas têm até dia 20 para apresentar os valores dos encargos educacionais estabelecidos para este ano, nenhuma até o momento entregou sua planilha. Os representantes do Conselho acreditam que, na próxima semana, os estabelecimentos vão comparecer com a documentação. O delegado da Sunab lembra, porém, que a decisão de mandar ou não é facultativa: "Cabe às escolas decidir", comenta, depois de acrescentar que a Sunab está de fora desta fiscalização.

os estabelecimentos autuados tenham prazo de dez dias para fazer sua defesa. Caso não consigam, são punidos com multas que variam de um terço a 100 vezes o Maior Valor de Referência (MVR). Os fiscais do órgão continuarão visitando as escolas para verificar se as denúncias apresentadas pela comunidade têm ou não procedência. Nos próximos meses as visitas serão intensificadas, graças ao início do período letivo.

PLANILHA

Apesar da resolução do Conselho determinar que as escolas têm até dia 20 para apresentar os valores dos encargos educacionais estabelecidos para este ano, nenhuma até o momento entregou sua planilha. Os representantes do Conselho acreditam que, na próxima semana, os estabelecimentos vão comparecer com a documentação. O delegado da Sunab lembra, porém, que a decisão de mandar ou não é facultativa: "Cabe às escolas decidir", comenta, depois de acrescentar que a Sunab está de fora desta fiscalização.